

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 87

Outubro – 2007

S U M Á R I O

2 Integração regional: instituições e processo

Maria Izabel Mallmann

4 O inferno de Dante

José Flávio Sombra Saraiva

6 Rússia: uma potência de volta ao jogo?

João Fábio Bertonha

8 Por que criar o Banco do Sul?

José Alexandre Altahyde Hage

10 Hugo Chávez e a diplomacia Venezuelana

Pio Penna Filho

12 Estados Unidos: concentrados no Irã e distantes da Síria

Virgílio Arraes

14 Uma possível "República de Taiwan"?

Wilson Tadashi Muraki Junior

17 Implicações da redução das tropas britânicas envolvidas no Iraque e manutenção do apoio à Guerra contra o Terror

Diogo Mamoru Ide

Integração regional: instituições e processo

MARIA IZABEL MALLMANN*

O caráter intergovernamental das instituições de integração latino-americanas tem sido objeto de críticas recorrentes, freqüentemente apontado como responsável pela letargia, senão frustração, da integração regional. Sob esse prisma, a integração deveria contar com instâncias regionais capazes de, ao sobrepor-se aos poderes soberanos constituídos, assegurar, de forma legítima, a progressão do processo, preservando-o, pelo menos parcialmente, das vicissitudes políticas. Sob esse ponto de vista, as iniciativas em prol da integração sul-americana têm sido vistas com preocupação face à precária institucionalização do Mercosul, uma vez que a expansão do bloco introduziria dificuldades políticas adicionais a seu aprofundamento.

Embora essas preocupações sejam, em tese, procedentes, há que se considerar as circunstâncias históricas em que a ênfase sul-americanista foi assumida. Isso aconteceu quando o Mercosul ressentia-se das seguidas crises financeiras dos anos 1990, sendo que a mais importante delas comprometera estruturalmente a economia da Argentina, principal parceira do Brasil no bloco. As chances de aprofundamento da integração reduziram-se drasticamente. Em contrapartida, os constrangimentos externos advindos do avanço da ALCA, cujas negociações se iniciaram em 1998, favoreceram a percepção acerca da necessidade de uma contra-ofensiva à altura daquele desafio. Isso materializou-se na retomada, pelo governo brasileiro, da estratégia sul-americanista de integração que se traduziu numa seqüência de cúpulas presidenciais e na adoção de uma vigorosa agenda de integração física.

A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), criada a partir da Reunião de Presidentes da América do Sul realizada em 2000, tem implementado inúmeros projetos de infra-

estrutura distribuídos em eixos estratégicos contribuindo para reverter a situação de desconexão física da região. Os benefícios regionais de uma tal iniciativa falam por si mesmos ao favorecerem a superação da histórica desarticulação do sub-continente incansavelmente citada como responsável pelas dificuldades para o fortalecimento dos laços regionais.

Essa estratégia, setorial e politicamente induzida, condiz com os ensinamentos básicos sobre integração obtidos a partir da experiência européia. Segundo essa perspectiva, face a dificuldades advindas das resistências políticas à flexibilização da soberania, necessária em vias de integração que suponham a criação de instâncias supranacionais, a integração em setores estratégicos tende a gerar as condições propícias a sua expansão a outros domínios produzindo uma sinergia favorável à progressão e ao aprofundamento da integração. Portanto, a IIRSA deveria contribuir para a geração de interesses compartilhados que criassem expectativas positivas de modo a aumentar a confiança mútua e as demandas pelo aprofundamento da integração. No entanto, sobrepõem-se aos problemas decorrentes da ampliação dos interesses em jogo, típicos de estratégias de alargamento da integração, as dificuldades decorrentes das mudanças políticas em alguns países da região que têm ensejado importantes críticas ao curso da integração.

A IIRSA, por exemplo, tem sido criticada em função de seu caráter instrumental aos fluxos transnacionais, ao criar corredores de exportação que facilitariam a exploração das riquezas regionais em detrimento da superação de um modelo de desenvolvimento que mantém a região atrelada a uma perversa divisão internacional do trabalho. Essas críticas refletem as mudanças políticas ocorridas em resposta às frustrações da experiência neoliberal dos

* Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS (izabel.mallmann@pucrs.br).

anos precedentes na região. No âmbito dessas mudanças, a reedição de formas variadas de nacionalismo contribui para exacerbar as desconfianças mútuas e comprometer o avanço institucional.

Sabe-se que as dificuldades para o aprofundamento institucional, leia-se progressiva alienação de soberania, possuem, na América Latina, raízes históricas no zelo pela autonomia nacional e em desconfianças mútuas alimentadas recorrentemente. As assimetrias regionais que colocam o Brasil em posição de destaque, não contribuem para amenizar esse quadro. Ao contrário, reavivam-se periodicamente os ressentimentos e os receios acerca dos possíveis usos de seus excedentes de poder.

Problemas dessa natureza não são exclusivos da América Latina. A própria Europa, exemplo de

integração bem sucedida, precisou superar os níveis mais críticos de desconfianças mútuas para viabilizar uma via sustentável de integração. Foram necessárias muitas guerras, diga-se de passagem, para criar as condições propícias iniciais ao redesenho institucional da Europa. Longe de se desejar o mesmo para a América Latina, pode-se, isso sim, buscar inspiração em alguns mecanismos adotados na Europa que contribuíram para contornar, pelo menos em parte, os problemas de natureza política, como a adoção da via de integração setorial, por exemplo. Por isso, e pelo fato de a região carecer de conexões físicas que a integre, iniciativas como a IIRSA deveriam ser vistas com mais entusiasmo inclusive por quem advogue o aprofundamento da integração.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em processador de textos de uso universal, espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@meridiano47.info indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

O inferno de Dante

JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA*

Duas conjunturas têm levado analistas de política internacional ao debate revigorado acerca do declínio dos Estados Unidos na cena global. A primeira, de matriz política, vincula a revisão tática ensaiada nesses dias pelo governo norte-americano em sua fracassada estratégia de ocupação militar do Iraque à recordação silenciosa dos seus nacionais, seis anos depois, dos atentados às torres gêmeas em Nova Iorque. Há um ambiente de desilusão e crise de confiança instalada no seio da sociedade norte-americana no que se refere à capacidade do seu país poder continuar a moldar o mundo.

A segunda conjuntura, de viés econômico, expõe a grave preocupação dos gestores públicos e privados em todo o mundo com o déficit em conta corrente dos Estados Unidos. Isso significa deficiência na capacidade de construção de poupança interna na maior economia planetária, modelo histórico de formação de capital e poupança. A bolha em explosão do mercado imobiliário norte-americano destampou panela de água fervente. Estudiosos respeitadas na academia em tudo mundo alertam para os desajustes estruturais da economia dos Estados Unidos, tendentes a um ciclo de crescimento pífio ou mesmo recessivo. As últimas semanas foram de apreensão global, apesar da primeira leva da crise parecer ter sido domada por meio de intervenções dos bancos centrais.

Essas duas dimensões conversam entre si e dividem os analistas. Para alguns, há indícios de declínio para além da conjuntura atual. O avanço sino-indiano, as complexidades envoltas na retomada da capacidade estratégica da Rússia, o afastamento cultural da Europa em relação aos Estados Unidos, o desafio iraniano, as disputas na África por fontes energéticas de longo prazo, a difícil construção de procedimentos de comportamento econômico e

político de alcance global, entre outros fatores, passaram a conviver com a idéia do prenúncio do declínio do império americano.

Nesse sentido, estão sendo geradas as condições para a emergência de pretendentes à ocupação do poder hegemônico de Washington. A China, naturalmente, já se habilitou a ocupar papel de locomotiva econômica. A Eurásia, incluindo o Japão, já teria, de fato, um peso próprio na hierarquia internacional. O mundo multipolar estaria ganhando força e a velocidade exponencial desse avanço seria superior àquela imaginada no imediato fim da Guerra Fria.

Uma outra linhaagem de observadores, ancorados nos grandes centros de estudos estratégicos norte-americanos, considera precipitada a imaginação do declínio da supremacia americana nas relações internacionais da primeira metade do século XXI. O debate está aberto e não existe resposta pronta.

Há, todavia, matérias que merecerão avaliação mais detalhada nos próximos anos. A primeira é a carência de meios nos Estados Unidos para impor sua ordem no espaço global de forma isolada. A segunda está na psicologia coletiva do seu povo. A recordação dolorosa, mas quase silenciosa, do sexto ano dos atentados ao World Trade Center é evidência de certo incômodo psicológico dos norte-americanos ante a desproporcional reação que o governo Bush realizou em nome do 11 de setembro. A aproximação das eleições de 2008, a carência de um projeto político de continuidade dos republicanos e os avanços dos democratas junto à opinião pública expõem, sem dúvida, uma revisão de parâmetros da leitura do lugar dos Estados Unidos no mundo. Esse aspecto, em especial, merecerá acompanhamento ao longo da corrida presidencial que já se iniciou.

Em síntese, apesar do triunfalismo histórico que presidiu o agir da sociedade norte-americana

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB e diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI (fsaraiva@unb.br)

no século XX, há uma crise de confiança, interna e externa aos Estados Unidos, da capacidade do país de impor seus valores sobre a paisagem global. A crise de legitimidade do império, a incapacidade de fazer avançar a ordem global pela violência dos

exércitos, bem como os enredos econômicos do consumo exacerbado sobre um crédito fácil, podem ser apenas o encurtamento do caminho do inferno, como na *Divina Comédia*.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org>

Rússia: uma potência de volta ao jogo?

JOÃO FÁBIO BERTONHA*

Vários acontecimentos das últimas semanas têm indicado um certo distanciamento entre Moscou e as potências ocidentais. O Kremlin já deixou mais do que clara a sua insatisfação com a decisão dos Estados Unidos de instalar um sistema de defesa contra mísseis balísticos na Europa Oriental, prometendo, até mesmo, o rompimento de antigos tratados de desarmamento com a OTAN. Também se colocou numa posição oposta à do Ocidente frente aos problemas do Kosovo, do programa nuclear iraniano outros, ao mesmo tempo em que procura reforçar seus laços com os países asiáticos e, especialmente, com a China.

A Federação russa também tem tomado iniciativas, como a retomada dos vôos de bombardeiros estratégicos sobre o Ártico e a reivindicação dos recursos do subsolo dessa região para si, que parecem indicar uma crescente agressividade. Contínuos aumentos dos gastos militares e demonstrações ostensivas de força, como exercícios militares vários e testes com novos mísseis, bombas e submarinos, também parecem indicar que a Rússia voltou a ser uma ameaça militar ao Ocidente.

É prematuro considerar que a Rússia esteja numa trajetória de colisão aberta com as potências ocidentais e, especialmente, com os Estados Unidos. Putin, muito provavelmente, procura se capitalizar politicamente, visando as próximas eleições, através de uma demonstração de força e independência. Além disso, vários interesses russos e ocidentais são complementares, como o combate ao terrorismo islâmico. Por fim, os imensos laços financeiros, econômicos e energéticos dos dois lados ajudam a prevenir um conflito aberto e total. Também as exibições de poder militar parecem mais uma tentativa de recuperação do orgulho nacional e de demonstração da insatisfação russa com certas

políticas ocidentais do que um desejo ou capacidade real de ameaçar os Estados Unidos e a Europa.

As recentes ações russas, assim, só podem ser compreendidas dentro do novo contexto da política externa russa desde a ascensão de Putin a presidência em 2000. Depois de uma década em que a Rússia procurou a conciliação e a amizade com o Ocidente a qualquer custo, Moscou partiu para uma defesa dos seus interesses nacionais e de seu próprio orgulho como nação. Se essa mudança veio da suposta tendência russa a ser imperial ou, o que é mais provável, do desapontamento russo por não ter sido tratado com o respeito que julgava merecer, é ponto em aberto. Mas que a política externa russa sofreu alterações substanciais entre os governos Yeltsin e Putin, é um fato.

Nos últimos anos, além disso, a melhora na situação econômica passou a permitir que esta nova política passasse a ter uma base material, o que se corporificou em uma ação internacional mais ostensiva. Desde o início do governo Putin, e cada vez mais com o passar dos anos, o Kremlin parece estar passando a mensagem de que a Federação russa está de volta ao jogo das grandes potências.

Depois do colapso inacreditável vivenciado nos anos 90, não resta dúvidas de que a situação russa está muito melhor. Sua economia teve uma recuperação substancial e, com as finanças do Estado recuperadas, a máquina militar pôde reverter, ao menos em parte, a sua decadência. A Rússia voltou a ser a segunda potência militar do mundo e uma das emergentes no campo econômico. As demonstrações de orgulho e renovada autoconfiança russa nos últimos tempos são, assim, ao menos parcialmente, justificáveis.

No entanto, é impossível imaginar que a época áurea em que o Kremlin controlava uma parte substancial do planeta e era uma das duas

* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

superpotências do mundo esteja de volta, como se os anos passados entre 1985 e hoje tivessem simplesmente desaparecido.

Em termos econômicos, a recuperação dos últimos anos, movida essencialmente pelo petróleo, nem de longe serviu para compensar a imensa queda do PIB russo nos anos 90. Além disso, a Rússia é hoje, em essência, uma grande exportadora de recursos naturais, com pouca capacidade de competição na agricultura, na indústria tecnológica e mesmo na indústria de base. A situação pode se alterar no futuro, mas ainda não se vêem sinais claros disto.

Quando pensamos no aspecto demográfico e territorial, as perdas russas foram, quando comparamos a União Soviética de 1985 e a Federação russa de 2007, inacreditáveis, atingindo mais de 4 milhões de quilômetros quadrados e uns 100 milhões de habitantes. Com a crescente decadência demográfica russa e as pressões – controladas, mas ainda latentes – por independência em certas regiões, a pergunta não é se estas perdas serão revertidas, mas se a situação não ficará ainda pior.

No campo militar, depois do desastre dos anos 90, quando a antiga estrutura militar soviética

simplesmente desabou, a situação, como já indicado, melhorou muito, mas num patamar ainda pequeno. Ou seja, a situação está bem melhor, mas longe de ser positiva. O urso russo ainda não voltou a ser uma real ameaça ao Ocidente.

Evidentemente, não se pode saber o que ocorrerá nos próximos anos. Se a economia russa continuar a crescer e o Estado contar com mais recursos financeiros, é provável que a estrutura militar se recupere, mas é simplesmente impossível que a Rússia consiga, no futuro previsível, recuperar a posição de superpotência militar que ela tinha durante a Guerra Fria. Num futuro próximo, a tendência é que a Rússia continue a ser a segunda potência militar e nuclear do mundo, mas num patamar distante do norte-americano e ameaçada, provavelmente, pela ascensão das forças armadas chinesas.

Assim, é justo considerar que a Rússia está de volta ao jogo das grandes potências e que ouviremos falar mais de Moscou no noticiário internacional agora do que há uma década atrás. Mas o retorno da Rússia à posição desfrutada, geopoliticamente falando, pela União Soviética depois da Segunda Guerra Mundial ainda é uma perspectiva distante.



**Assine a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI
e adquira os livros publicados pelo IBRI**

Na Loja do IBRI é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição.

Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org>.

Por que criar o Banco do Sul?

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE*

A criação do Banco do Sul tem ganhado grande espaço na imprensa e entre analistas da economia e política internacionais. Por ter se tornado tema apaixonante a percepção de maior clareza pode ser diminuída, se não houver precauções contra tomadas de posição instantâneas. Contudo, é necessário dizer que é pertinente a fundação do Banco do Sul, não para se elevar seus possíveis problemas, mas para considerar suas vantagens.

O sistema econômico internacional, o que vale também para a América do Sul, tem duas organizações financeiras, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, também Banco Mundial); e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ambas fundadas pelos encontros de Bretton Woods, nos Estados Unidos, no final da Segunda Guerra. Se tratando do BIRD o banco teve grande presença na ampliação da infra-estrutura brasileira, bem como no crescimento de boa parte de instituições governamentais que ainda se valiam dos méritos do planejamento público para a economia do País. Citam-se, por exemplo, os governos das décadas de 1950 a 1970 que usavam poupança externa para a ampliação da pesquisa, o que ocorreu com a parceria entre o BIRD e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em 1974.

O FMI também se fez presente na história recente do Brasil. Desde seu nascimento o País faz parte dessa instituição que fornece empréstimos para corrigir a balança de pagamentos e distorções da economia interna causadas por perturbações do sistema econômico internacionais, por exemplo, a crise dos mercados emergentes asiáticos de 1997. A relação entre o Brasil e o Fundo é uma cronologia de sentimentos de submissão e de altivez. Em 1958, no governo Juscelino Kubitschek, o Brasil rompe com o FMI por acreditar que a instituição financeira estivesse procurando limitar as escolhas do governo.

Já na década de 1990, após anos de crises, como as de Sarney e Funaro com a segunda moratória da dívida externa, os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso procuraram imprimir uma relação equilibrada e sem transtornos que pudessem provocar alguma avaliação negativa por parte do FMI. E há uma situação nova em que o papel do FMI, por meios distintos, também é visto como um dos dinamos da globalização, cujo mote é o de que os mercados estão em via de ganhar dimensão que possa ser superior à rigidez das burocracias dos Estados nacionais. Em outras palavras, sob a velocidade das transformações tecnológicas as grandes máquinas políticas tendiam a ser superadas pela rapidez de empresas e outras instituições internacionais. Portanto, nada mais lógico do que entrar em consonância com a palavra daquela organização e atrair capitais importantes do que tentar o caminho do projeto nacional, custoso e ineficiente.

Assim, chegamos a 2007, ano em que os governos de Argentina, Brasil, Venezuela e outros procuram constituir novo arranjo institucional voltado para o clima econômico, social e político da região. A idéia em si criou certa polêmica por causa das razões que a impulsionaram, a de ser um banco alternativo aos serviços feitos pelo FMI e pelo BIRD, embora estas duas organizações não exerçam os mesmos serviços. Mas o fator diferencial residiria justamente nisso, na construção de uma organização que fizesse empréstimos para a correção de problemas sul-americanos, caso do Fundo, e também apoio a obras e projetos nacionais que fossem importantes para o desenvolvimento dos sócios.

Pode-se dizer que a concepção do Banco do Sul tem motivos ideológicos. Mas se houver não será necessariamente um problema. Isto porque os apegos às orientações do FMI e do Banco Mundial durante a década de 1990 também foram ideologizadas

* Doutor em Ciência Política pela Unicamp e professor do curso de Relações Internacionais da Trevisan – São Paulo (alexandrehage@hotmail.com).

de alguma forma. Afinal de contas, a denominada reforma institucional do Estado, para diminuir suas funções, também não foi uma atividade direcionada por uma ideologia, a do livre mercado?

Se houver o desenvolvimento do Banco do Sul ele poderá cumprir um papel há muito desejado, o de ser um promotor de projetos nacionais sem submeter as sociedades a camisas-de-força que venham a prejudicar o crescimento da economias nacionais, da forma que as tradicionais agências de fomento fazem atualmente, cobrando posturas que vão às expectativas do grande investidor internacional e tem menos a ver com as questões internas. Talvez este seja o apelo ideologizado que os opositores criticam como desnecessário.

Certamente, a fundação do Banco do Sul não apontará para o paraíso. Haverá necessidade de se analisar profundamente seus possíveis contratempos para que ele não seja imbuído por crises semelhantes que costumam perturbar as instituições de integração sul-americanas. Por isso, não há como dizer que a criação do Banco do Sul seja pobre em compreender a realidade, visto que a própria diplomacia brasileira antecipa suas críticas justamente para depurar a concepção que leva à importância para se ter tal banco.

Em linhas gerais é urgente que se tenha qual a maneira de montar as obrigações e direitos de cada país-membro. Por exemplo, o voto de cada um será igual ao de todos os outros ou deverá ser qualificado? Quem é maior economicamente terá voto mais valorizado? Como será constituída a assembléia dos votantes? Como se dará a contribuição financeira?

Estas são questões prementes a ser debatidas e não aquelas de suposta racionalidade em que a grande crítica se direciona à forma de governo da Venezuela e seu presidente, e menos ao papel que os Estados Unidos e Reino Unido imprimem para que o FMI e o BIRD façam seus empréstimos, inclusive dizendo em que área o montante deve ou não deve ser aplicado. Como foi escrito acima, o Banco Mundial não guarda mais tanta simpatia pela ampliação do sistema público universitário brasileiro. Talvez ele não fizesse mais parcerias com a FAPESP. No entanto, a própria agência internacional

não é tão seletiva na hora de se fazer empréstimos a instituições privadas de duvidosa capacidade científica que crescem enormemente, mas sem compromisso com a pesquisa.

Depois de se ter esgotada as possíveis questões existentes no Banco do Sul haverá a pertinência de se debater seu papel. Uma das missões da nova agência do sul será a de promover o crescimento das economias nacionais por investimentos na educação, na ciência e tecnologia para fins eminentemente públicos e não a partir de critérios de mercado.

Outra parte que poderá obter a atenção do Banco do Sul é o da energia dos combustíveis renováveis. Este ponto toca em particular o Brasil. Na atenção redobrada para que a crescente produção de biocombustíveis não invada áreas de preservação ambiental, como as da Amazônia, será urgente o emprego de financiamento para pequenos fazendeiros para a plantação de cana-de-açúcar, diferenciando-os dos grandes usineiros que já gozam de vantagem perante grandes bancos e tem meios de se defender socialmente.

Assim, na preservação do meio-ambiente do Brasil o Banco do Sul poderá investir em áreas agrícolas ociosas nos países vizinhos que queiram elevar a renda nacional. Espaços subutilizados em alguns países da região poderão ser cultivados por elementos da biomassa. Isto poderia contribuir para o aquecimento das economias regionais e, ao mesmo tempo, fazer com que os vizinhos que têm sido críticos ao projeto brasileiro de biocombustíveis venham a perceber a contribuição e avanços que o assunto tem. Se houver crescimento forte por novas terras no Brasil a alternativa sul-americana pode ser viável. E será melhor ainda se houver uma organização regional que invista nisso.

Certamente a concepção do Banco do Sul não é imune a críticas. Críticas são positivas porque auxiliam a depuração da maneira de como se compreende a realidade, para que ela não seja vista como fantasiosa. Mas criticar o projeto considerando apenas as peculiaridades de governos regionais, procurando dar-lhes imagem de exotismo de pouco ajuda naquilo que poderá ser um grande passo para o desenvolvimento da América do Sul.



Hugo Chávez e a diplomacia Venezuelana

PIO PENNA FILHO*

Poucos países na América Latina mudaram tanto nos últimos anos como a Venezuela. De um papel relativamente apagado no contexto regional ao longo da década de 1980 e de boa parte da seguinte – mas nem por isso menos importante –, o país sofreu uma verdadeira revolução em termos políticos desde a ascensão de Hugo Chávez. No que diz respeito à sua política externa e sua inserção internacional, a Venezuela, pode-se dizer, radicalizou.

Na América Latina, e especialmente na América do Sul, Chávez tem também ajudado a sacudir o marasmo liberal da década de 1990. Seu pensamento é algo confuso e difuso, que mistura o que ele chama de “doutrina bolivariana” com uma proposta de “socialismo do século XXI”. De alguma forma ele tenta conjugar o pensamento e a prática liberal do libertador Simon Bolívar com ícones socialistas do século XX, como Che Guevara e Fidel Castro. O inimigo de tudo isso chama-se Estados Unidos da América, além do liberalismo enquanto doutrina, é claro.

Após consolidar e ampliar o seu poder internamente, Chávez tem cada vez mais se projetado para o exterior. Tem se utilizado largamente dos recursos obtidos com o petróleo venezuelano, sobretudo num período histórico de alta do preço do barril. Mas tem também se intrometido em assuntos de política interna de vários países. Exemplos: nos processos eleitorais e praticamente no cotidiano político da Bolívia, do Equador e do Peru, embora neste último esteja sendo hostilizado pelo governo.

O seu principal instrumento de política externa é o dinheiro do petróleo, associado a um forte discurso ideológico. O problema é justamente este, uma vez que Chávez insiste em participar nos assuntos domésticos de nações soberanas, naturalmente desagradando a algum setor social que discorde do seu pensamento. Em decorrência de divergências dessa natureza a Venezuela acabou se retirando da

Comunidade Andina de Nações, principalmente por discordâncias com relação à Colômbia e ao Peru.

Além de tudo isso, o presidente venezuelano tem usado de um perigoso artifício para a execução dos seus objetivos em termos de política externa. Trata-se dos chamados “Círculos Bolivarianos”, presente na maior parte dos países latino-americanos, inclusive no Brasil.

Esses chamados “Círculos Bolivarianos” geralmente são compostos de intelectuais ativistas, políticos, sindicalistas e estudantes. No Brasil, por exemplo, muitos dos que estão participando dos *círculos* são oriundos do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). No Rio de Janeiro, a cidade mais embalada pelo *bolivarianismo* chavista e que já possui sete unidades bolivarianas, boa parte dos militantes são os que podemos chamar de órfãos do Brizola. O movimento também está presente em São Paulo, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Santa Catarina e no Distrito Federal. Ou seja, acaba sendo mais uma vertente da intromissão da Venezuela em assuntos internos de países soberanos, uma vez que esses círculos recebem dinheiro do governo venezuelano para suas atividades de propaganda *chavista*.

A imprensa brasileira tem veiculado muitas matérias sobre o rearmamento venezuelano e sua possível ameaça aos interesses brasileiros na América do Sul. Todavia, esse ponto de vista não se sustenta. A ameaça maior da Venezuela de Hugo Chávez não é militar e nem tampouco contra os países sul-americanos, mas sim contra seu próprio povo. Embora o governo da Venezuela tenha anunciado um amplo programa de compras de armamentos, a capacidade operacional de suas Forças Armadas ainda é muito limitada para aventuras militares.

De toda forma, nenhuma outra personalidade política tem chamado mais a atenção na América do

* Professor da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT e Pesquisador do CNPq (piopenna@gmail.com).

Sul do que o presidente venezuelano, seja por seu carisma político, por sua capacidade de polemizar e criar fatos políticos ou pela importância e alcance internacional de suas ações. Assim, desde que venceu as eleições de 1998, o presidente Chávez tem se destacado no cenário regional e internacional.

No campo interno, as relações políticas na Venezuela chegaram ao ponto da radicalização desde que o governo adotou a perspectiva “bolivarianista”. Ou seja, o governo Chávez mudou radicalmente os rumos da política interna adotando uma perspectiva nacionalista com viés socialista, isto é, Chávez freou o processo de liberalização econômica do país e vem tentando promover cada vez mais intensamente políticas públicas de distribuição de renda a partir de ações estatais, contando fortemente com os recursos obtidos com o petróleo venezuelano, explorado e comercializado principalmente pela estatal PDVSA.

Essa perspectiva política naturalmente promoveu grande descontentamento em vários setores sociais, sobretudo naqueles que vem perdendo espaço frente às novas diretrizes do Estado. Quando se fala em Venezuela é sempre importante lembrar que as políticas liberais adotadas no final da década de 1980 e ao longo da de 1990 levaram ao empobrecimento de boa parte da população, com graves resultados sociais. Um deles foi o aumento do desemprego e o crescimento do processo de favelização nas grandes

cidades, principalmente na capital do país, Caracas. Foi como resultado disso que surgiu o fenômeno Hugo Chávez.

O problema é que o presidente Chávez vem demonstrando um grande apego ao poder. Além de alinhar-se a ditadores como Fidel Castro e anunciar parcerias com regimes como o do Irã (o atual governo nega o Holocausto e ainda deseja o fim do Estado de Israel, dentre outras barbaridades), Chávez tem promovido mudanças constitucionais capazes de lhe dar legitimidade legal perpetuando o seu poder, o que contradiz, naturalmente, uma das principais características dos regimes democráticos, que é justamente a rotatividade do poder. Além disso, vale lembrar as tentativas de intimidação já conhecidas que seu governo promove contra os meios de comunicação, sempre em nome da defesa dos “interesses públicos”.

Enfim, com uma proposta de reforma constitucional Chávez deseja, dentre outras medidas, estabelecer um tipo de propriedade comunitária no país, escolher pessoalmente líderes políticos locais, suspender direitos civis durante estados de emergência a partir do interesse do governo, concorrer praticamente sem limites a reeleição para a presidência e várias outras medidas de caráter social, mas com grandes impactos econômicos. Resta saber se a vitória desse tipo de reforma não significará mais um retrocesso na já ameaçada democracia venezuelana.



Estados Unidos: concentrados no Irã e distantes da Síria

VIRGÍLIO ARRAES*

Apesar de conviver com duas intempéries militares, a gestão Bush avalia – por meio de seus formuladores vinculados politicamente ao Vice-Presidente Dick Cheney – legar mais uma para seu sucessor, ao cogitar uma investida de feitiço preventivo contra o Irã, tendo por justificativa o desenvolvimento nuclear voltado para fins bélicos. Embora de maioria democrata, o Congresso não teve suficiente arrojo para desestimular de modo efetivo o ímpeto militarista da presente administração.

Conquanto arrefecida, se comparada ao início de 2003 – antes da invasão ao território iraquiano – a hipótese ainda é considerada, ao invocar-se a necessidade de defender tropas norte-americanas na região que eventualmente pudessem atritar-se com a Guarda Revolucionária ou com suas unidades de elite, as Q(o)ds – cita-se o exemplo dos marinheiros britânicos, capturados por congêneres iranianos, ainda que a questão tenha sido resolvida por negociação – ou neutralizar tentativas de sabotagem em área fronteiriça entre Irã e Iraque.

No plano imediato, a preocupação não seria com o desenvolvimento nuclear iraniano, mas sim com a sua influência no Iraque, por causa da comunidade xiita, materializada no apoio terrorista – na visão estadunidense – direcionado às forças de ocupação, de sorte que uma acometida em solo pérsico teria caráter punitivo também em relação à política externa oficiosa deste país.

Ao conjugar política nuclear e terrorismo como argumentação para a empresa bélica, o governo norte-americano sinaliza, no fim, o desejo de mudança de governo no Irã. Contudo, Washington não aponta eventuais substitutos com o objetivo de não incorrer na mesma situação do Iraque, ao apoiar

previamente o grupo de Ahmed Chalabi, representado no Congresso Nacional do Iraque.

A consociação havia sido formada por iraquianos que estavam exilados havia anos e, de maneira simultânea, desatualizados no tocante ao seu próprio país – mais tarde, a própria Casa Branca levantaria sérias desconfianças com vistas aos objetivos pretendidos por Chalabi, dissonantes dos originalmente acordados politicamente antes da ocupação.

No cálculo de Washington, a retaliação de Teerã expressar-se-ia da forma mais ampla possível, ao conceber ataques contra representações norte-americanas – embaixadas, navios, filiais de agências governamentais – fora da região médio-oriental, onde os alvos prioritários seriam os oleodutos iraquianos.

Outrossim, outro alvo persiste na formulação dos neoconservadores, mesmo que de maneira velada: a Síria. Desimportante economicamente, o país, no entanto, não pode ser posto em plano secundário por muito tempo, em virtude de sua posição estratégica no Oriente Médio.

Durante os primeiros sérios reveses de tropas da coligação anglo-americana no Iraque, Washington malsinou Damasco por, na sua visão, conceder proteção a combatentes sunitas, especialmente aos vinculados ao Partido Baath – afinal, na Síria, a agremiação ainda mantém-se no poder, mesmo distante dos fundamentos ideológicos – de matiz socialista – do período de sua fundação.

A materialização da insatisfação estadunidense com Damasco foi a imposição de sanções econômicas. Por seu turno, a resposta síria, cujo governo é alauíta, seria aproximar-se do xiita Irã, em busca de investimentos e da compra de petróleo mais barato. Uma das consequências seria a aproximação política

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

com o Hezbolá, classificado pelo Departamento de Estado como organização terrorista.

A razão para que a política externa norte-americana redobre sua atenção no que concerne às atividades do Estado sírio é o suposto desenvolvimento de uma política nuclear nos moldes da Coréia do Norte, exatamente por ela prestar-lhe assistência técnica direcionada para a edificação de um pequeno reator, próximo do rio Eufrates.

A reservada aliança militar entre os dois governos não seria inédita, visto que – de acordo com fontes diplomáticas ocidentais – os norte-coreanos haviam auxiliado os sírios a implementar um programa de mísseis balísticos. Ademais, falta de recursos para modernizar seu arsenal à altura de seus vizinhos, o país teria estoques de armas químicas ou biológicas como elemento dissuasor. Nesse sentido, a Síria elevar-se-ia ao patamar de Estado renegado, o que a alçaria à condição de atacável.

Um dos possíveis encaminhamentos a fim de desviar os sírios da política externa iraniana – ou da cooperação nuclear com os norte-coreanos – seria a retomada das negociações acerca das colinas de

Golã, perdidas para Israel na esteira da Guerra dos Seis Dias, em 1967.

Diferentemente da atual gestão, em janeiro de 2000, a Casa Branca envidou consideráveis esforços para que sírios e israelenses chegassem a bom termo sobre a questão, frustrado pela ausência de entendimento em torno do acesso ao mar da Galiléia pela Síria. Além do mais, conversações diplomáticas entre Washington e Damasco poderiam distanciar a Síria do Hezbolá e auxiliar a estabilidade política no Líbano.

Há, ainda que da época da Guerra Fria, um exemplo de êxito para os Estados Unidos: o Egito. A partir dos Acordos de Paz de Camp David, em 1978, o país recebeu a península do Sinai e Israel, a garantia de paz. Como consequência, o governo egípcio tornar-se-ia um aliado importante dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Por fim, há outra preocupação da Síria em cuja solução os Estados Unidos poderiam auxiliar: os refugiados iraquianos – estimados em torno de um milhão e meio – em seu território e para os quais o governo não tem recursos suficientes para providenciar auxílio básico nas áreas de saúde, educação e emprego.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído em diferentes bases de dados no Brasil e no exterior e igualmente em seu site em <http://www.meridiano47.info>. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (Portable Document Format) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software Adobe Acrobat Reader, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

©2000-2007 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Uma possível “República de Taiwan”?

WILSON TADASHI MURAKI JUNIOR*

Diferentemente do que caracterizou as comemorações do Dia Nacional de Taiwan em 2006, este ano as pessoas que tomavam as ruas de Taipei não protestavam contra o governo e pediam a renúncia do presidente Chen Shui-bian. Estavam, na verdade, prestigiando o desfile de carros blindados, tanques de guerra, tropas militares e acrobacias aéreas organizados pelo governo, indicando que a insatisfação popular deu lugar a um movimento nacionalista que reivindica a total soberania de Taiwan. Essa é mais uma demonstração de que o governo tem intenções claras de busca de maior autonomia para o país e, ao mesmo tempo, tenta angariar apoio popular por meio de um patriotismo que futuramente pode render votos ao seu partido. Em março do ano que vem eleições presidenciais serão realizadas e, com elas, possivelmente um referendo sobre o nome oficial da ilha será colocado em votação. Tais movimentos preocupam os Estados Unidos (defensores da manutenção do *status quo* na região) e, evidentemente, irritam o gigante continental que está do outro lado do Mar da China e enxerga cada movimentação na ilha com muita atenção.

Ainda que o desfile militar tenha sido feito com ressalvas, uma vez que se decidiu, no último momento, não expor mísseis como aqueles capazes de alcançar cidades da costa chinesa, o impacto de tal demonstração de poder foi impactante. Os Estados Unidos condenaram esse que seria um “movimento unilateral” que pouco contribuiria para a construção de uma situação de paz permanente na região. Acredita-se, ainda, que o governo taiwanês teria desistido de mostrar os mísseis por pressões recebidas do governo norte-americano, que, dessa forma, tentava diminuir o nível de provocação que a parada militar por si só já possuía. A China, como era de se esperar, condenou os acontecimentos na

“província rebelde” e interpretou-os como sendo demonstrativos de que Taiwan caminha na direção de uma declaração de independência e, agora, com a possibilidade de utilização de armas e mobilização de sua população em uma causa nacional.

Os últimos acontecimentos são fruto de um processo que se iniciou há quase sessenta anos com a chegada de Chiang Kai-shek e os remanescentes do seu governo à ilha de Taiwan depois da derrota sofrida contra as forças comunistas de Mao Tse-tung, lá estabelecendo um novo governo não vinculado a Beijing. A constituição adotada é a de 1947, ou seja, aquela escrita para ser seguida em toda a China e não apenas em Taiwan. Por isso o nome oficial da ilha é, até hoje, República da China.

Maiores se tornam as divergências entre República da China (RC) e República Popular da China (RPC) conforme a primeira liberaliza a economia na década de 70 e alcança grande crescimento na de 80, passando a ser reconhecida como um Tigre Asiático. Na década de 90 são feitas reformas políticas e o sistema democrático é estabelecido. Nesse instante as diferenças entre as duas “Chinas” são marcantes.

A eleição de Chen Shui-bian, do Partido Democrata Progressista, no ano de 2000 marca uma renovação na política do país, uma vez que se pôs fim ao monopólio de poder de cinquenta anos do Partido Nacionalista (Kuomintang, aquele trazido da China continental em 1949 por Chiang Kai-shek). Novos temas ganharam importância na agenda política: a questão da reforma da Constituição, a busca de aumento do potencial bélico, intensificação da busca de apoio diplomático à sua causa separatista, etc.

Critica-se muito o anacronismo da atual Constituição do país. Muitos dizem que a mesma, escrita em uma outra época para uma outra China, está longe de prescrever a atual situação e não

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (murakitadashikun@hotmail.com)

responde aos interesses nacionais. Por isso, emendas e novas leis têm sido aprovadas no sentido de trazer maior coerência com a realidade.

Uma grande mudança foi a aprovação, em junho de 2005, de uma lei que permite modificações constitucionais por meio de aprovação em referendo popular. Assim, abriu-se a possibilidade de mudarem-se questões importantíssimas prescritas na Constituição, desde que aprovadas pelo povo. “República da China”, por exemplo, que designa o nome oficial da ilha, passa a estar passível de substituições. Se, por acaso, um outro nome qualquer como “Taiwan” for aceito constitucionalmente como oficial, abrem-se precedentes para uma declaração de independência. Primeiramente técnica, a soberania dessa nova nação poderia passar a ser defendida pelo exército e por todas as outras instituições de modo efetivo.

Desse modo, o referendo previsto para março de 2008 sobre o nome oficial que a ilha definitivamente utilizará nas suas próximas tentativas de ingresso na ONU pode abrir precedentes para mudanças constitucionais, uma vez que o que for aprovado pela população será refletido diretamente na Constituição.

Ao mesmo tempo, Taiwan, assim como a China, aumenta e moderniza o seu aparato militar, constituindo certa corrida armamentista na região. Sistemas anti-mísseis desenvolvidos por norte-americanos já estão instalados em Taiwan, ao passo que eventualmente a China faz testes com mísseis em regiões marítimas próximas à ilha. Além disso, quando é interessante para Beijing demonstrar a sua força, anuncia-se a existência de centenas de mísseis apontados para Taiwan ou são feitas ameaças semelhantes. Até mesmo simulações de invasão de ilha já foram realizadas e leis chinesas aprovadas recentemente permitem a intervenção militar em Taiwan em caso de declaração de independência, e os gastos militares são crescentes. A pressão exercida por Beijing é muito grande e, nesse sentido, o apoio dado pelos Estados Unidos a Taiwan é imprescindível, uma vez que serve como contrapeso sem o qual a balança de poder na região não poderia ser mantida.

A política de governo iniciada em 2000 pôde estender-se por mais quatro anos após a reeleição de Chen Shui-bian em 2004. No entanto, o seu segundo mandato tem sido caracterizado por fortes denúncias de corrupção e nepotismo. Pedidos de renúncia do presidente têm sido freqüentes e grandes protestos populares já tomaram as ruas de grandes cidades de Taiwan. O maior deles ocorreu em dez de outubro do ano passado, justamente no Dia Nacional do país. Em contrapartida, o presidente cede parte dos seus poderes ao primeiro-ministro e afasta do governo muitos dos acusados de corrupção, buscando, dessa forma, reduzir o nível de desaprovação.

Nesse sentido, é relevante pensar que, quando o governo estimula movimentos nacionalistas, incluindo a população em uma causa geral, há uma sensível diminuição do enfoque que antes era dado às críticas ao presidente. Além disso, pelo menos metade da população de Taiwan anseia por total independência e, se Chen Shui-bian apresenta-se como aquele capaz de prover os meios necessários para alcançá-la, certamente o apoio político dado pela população a ele aumenta, e isso, em meses que antecedem as eleições presidenciais (marcadas para março do próximo ano) é, indubitavelmente, muito positivo para o atual governo.

É coerente, então, pensar que a existência de um referendo capaz de dar subsídio a um processo de independência não ocorre por acaso juntamente com as eleições presidenciais. No entanto, até que ponto estaria tal referendo tão-somente sendo utilizado como um instrumento político? Estaria mesmo o governo taiwanês disposto a levá-lo a cabo e, se aprovado um nome como “Taiwan”, por exemplo, disposto também a caminhar no sentido de conquista de total soberania?

A questão é que, tanto China quanto Taiwan estão confortáveis com a situação atual. Ainda que a “província rebelde” não caminhe junto com o restante do país, a RPC vê a importância que o comércio realizado entre as duas partes tem. Já para Taiwan, a não-definição de seu *status* permite que a RPC não interfira internamente, ao mesmo tempo em que o apoio dado pelos Estados Unidos permite melhoria militar, investimentos econômicos, etc. Washington

também ganha com a manutenção do *status quo*, uma vez que o apoio dado permite conter o avanço chinês na região e dá ao país um aliado bastante estratégico. No entanto, existem forças na RPC e na RC que enxergam as vantagens que uma definição unilateral poderia dar a cada um desses países. A China continental incrementaria a sua economia e a sua importância geoestratégica com a anexação da ilha, e Taiwan, declarando-se independente, tornaria-se uma nação soberana, ingressaria na ONU e a sua legitimidade seria inquestionável.

No entanto, a possibilidade de conflito não é agradável para nenhuma das partes, devido às perdas econômicas que traria. Não somente os grandes gastos militares, mas principalmente a desestabilização que causaria uma guerra na região, que afastaria investimentos e prejudicaria a economia de maneira geral, é fator que desestimula um conflito real. A busca de crescimento econômico vigoroso é uma ideologia presente tanto na China quanto em Taiwan, mas não se pode afirmar que seja também um motivo que impeça o início de ataques por qualquer das partes.

Taiwan tem, efetivamente, caminhado na direção de movimentos unilaterais nos últimos anos. A dissolução, em fevereiro de 2006, do Conselho de Unificação Nacional, que era um órgão encarregado de alcançar meios para que gradativamente se efetivasse a unificação, foi fortemente criticada pela China, assim como foi também a aprovação de leis que abrem precedentes para o separatismo e a parada militar ocorrida há pouco. Nesse sentido, não é de se duvidar que Taiwan tenha mesmo intenções

de levar até o fim seus anseios por independência. O próximo ano, quando ocorrerão os Jogos Olímpicos de Beijing, pode ser favorável para Taiwan tomar mais atitudes unilaterais, uma vez que é improvável que a RPC inicie um conflito em meses que antecedem o evento.

Então, a existência de um referendo sobre o nome oficial do país em março insere-se nesse contexto. Pode-se esperar, portanto, que o período entre março e agosto (mês das Olimpíadas) seja visto por Taiwan como um momento único para a declaração de sua independência, pois a China estaria impedida de agir militarmente.

No entanto, surgem outras questões vitais, como a soberania como um conceito relacional, ou seja, um país só é soberano se os outros (países soberanos) o reconhecem como tal. Assim, Taiwan teria muita dificuldade de reconhecimento, uma vez que são poucos os países que mantêm relações diplomáticas com a ilha, devido às pressões de Beijing.

Outra dúvida é com relação ao posicionamento dos Estados Unidos. Ainda que a opinião pública norte-americana e os países aliados na região sejam favoráveis a Taiwan, a China representa um poder real e potencial que Washington dificilmente gostaria de ver voltado contra si.

Portanto, o possível rompimento do equilíbrio de poder pode trazer consequências imprescritíveis. Contudo, um fato é certo: Taiwan não se libertará das garras do dragão chinês sem que este demonstre a força que é capaz de mobilizar na defesa dos seus interesses.



Implicações da redução das tropas britânicas envolvidas no Iraque e manutenção do apoio à Guerra contra o Terror

DIOGO MAMORU IDE*

O anúncio do Primeiro-Ministro Gordon Brown de que retirará, até meados de 2008, metade das tropas britânicas empregadas no Iraque, proferido no dia 8 de outubro, constitui o principal objeto de estudo desta análise. Essa escolha se justifica pela relevância das implicações que tal fato enseja para o cenário internacional, seja a partir do território iraquiano e da Grã-Bretanha ou do plano mais amplo da Guerra contra o Terror. O objetivo da análise é lançar luz sobre essas implicações de tal modo que se torne possível oferecer uma visão abrangente das reações desencadeadas pela redução das tropas. Para tanto, cabe apresentar primeiramente uma breve contextualização da renúncia e uma interpretação dos fatores que contribuíram com ela. A argumentação também refuta a interpretação de que há o afastamento entre as políticas externas britânica e norte-americana decorrente da ascensão de Brown ao cargo de Primeiro-Ministro.

A chegada de Gordon Brown à liderança do Reino Unido, em junho de 2007, ocorreu após sua confirmação como líder do Partido Trabalhista, majoritário na Câmara dos Comuns. Brown assumiu o cargo do Primeiro-Ministro após 12 anos de governo Tony Blair, político também do Partido Trabalhista, cujo governo se caracterizou no âmbito internacional pelo apoio aos EUA e à Guerra contra o Terror.

A decisão de Brown de retirar parte significativa do contingente que atua no Iraque suscita questionamentos sobre um possível novo rumo da política externa da Grã-Bretanha. O recolhimento em questão revela um enfraquecimento do apoio dado pelo maior aliado norte-americano na Guerra contra

o Terror ou não reflete qualquer descompromisso ou tipo de oposição a essa aliança?

É fato a crescente oposição pública à ocupação iraquiana. Parte significativa dos britânicos se opõe à ocupação do Iraque, pois a enxerga como uma empreitada já fracassada. Entretanto, a oposição pública não oferece margem para afirmação de que há uma debilitação do apoio dado aos EUA. Isso porque no Afeganistão, território cuja ocupação também é justificada pela Guerra contra o Terror, haverá, no curto prazo, um crescimento do número de militares britânicos envolvidos, totalizando 7.700 soldados. A diferença crucial é que nesse caso a população britânica ainda acredita num possível êxito militar, ou seja, numa possível estabilização do país capaz de justificar as perdas civis de seu exército.

A diminuição dos soldados em território iraquiano deve ser entendida muito mais por meio de fatores políticos internos do que por fatores internacionais. A decisão de Brown é motivada, em primeira instância, pela pressão da população em favor da retirada das tropas no Iraque, pressão essa que diminuiu a popularidade Blair ao final de seu mandato. Logo, a decisão não caracteriza uma nova guinada na política externa do Reino Unido, pois visa apenas acalmar os ânimos da população, diminuir a dissensão política interna e, dessa forma, melhorar a governabilidade de Brown.

Além disso, os números apresentados durante o anúncio de Brown estavam equivocados. Dos 2500 soldados que, segundo o Primeiro-Ministro, retornariam ao Reino Unido, 500 já haviam sido anunciados anteriormente e 270 já se encontravam em casa.

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (diogo_ide@hotmail.com).

Esse “engano” contribui com a perspectiva de que o anúncio de Brown visa muito mais agradar ao eleitorado britânico contrário à ocupação iraquiano do que seguir um novo rumo na política externa.

No tocante ao Iraque, a grande questão fica por conta dos reflexos que o anúncio de Brown terá sobre a malograda tentativa de estabilização do país. Muito embora o pretexto usado por Brown para legitimar a retirada das tropas seja o calmo momento vivido na região de Basra, onde se concentra a maior parte dos soldados britânicos, é patente que a situação nessa região não corresponde a dito grau de tranquilidade. A visão predominante dentro do Iraque é que as tropas britânicas não logram obter bons resultados e vêm sendo derrotadas por milícias xiitas. O próprio governo iraquiano reconhece que ainda precisa de ajuda externa no sul do país.

Segundo a mídia, a redução das tropas no sul iraquiano pode incentivar um fortalecimento da influência iraniana na região. Há, inclusive, indícios da existência de milícias islâmicas que atuam dentro da polícia da cidade de Basra e da entrada de armas e dinheiro iranianos nessa região. Apesar de o governo de Teerã ser visto como o principal responsável pela morte de diversos soldados ingleses, Brown omite os indícios existentes e justifica sua decisão contra argumentando que o nacionalismo da população xiita do Iraque é superior a qualquer tentativa de aproximação levada a cabo por Teerã. O cenário vislumbrado para o Iraque num curto prazo é pouco otimista, de tal maneira que a escalada da violência na região de Basra parece só uma questão de tempo.

Velha demanda da população britânica, a redução das tropas foi bem acolhida num plano doméstico pela população civil e pelo Partido Conservador, de oposição a Brown. Menos positiva foi somente a reação do Exército, que é a favor do recrudescimento da presença britânica no Iraque. Mesmo assim, a situação de Brown é delicada.

A associação do mesmo à imagem de um político hábil e influente foi fortemente abalada com a descoberta do “equivoco” no número de soldados que retornariam ao Reino Unido. Posteriormente, sua decisão de não convocar eleições gerais para o Parlamento, após previsões de que o Partido

Trabalhista teria sua maioria reduzida, dificulta ainda mais uma recuperação da popularidade no curto prazo. Como consequência, observa-se o aumento de visibilidade do líder do Partido Conservador, David Cameron, na mídia britânica. Cameron se beneficia do mau momento vivido pelo adversário e ganha cada vez popularidade frente à população. Numa conferência recente realizada pelo Partido Conservador, Cameron foi ovacionado pelos presentes e por parte significativa da mídia britânica.

Em nível regional, um outro político ganha maior destaque. A imagem de Gordon Brown é cada vez mais ofuscada pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy. O apoio francês aos EUA no sentido de censurar e impedir o desenvolvimento do programa nuclear iraniano estreita os laços políticos entre ambos os países. A Grã-Bretanha, por certo, mantém-se como principal aliado de George W. Bush na Guerra contra o Terror, haja vista a grande discrepância existente entre o total de tropas britânicas e francesas empregadas com tal propósito. Não deve ser negligenciada, no entanto, essa aproximação entre Sarkozy e Bush no que diz respeito ao programa nuclear iraniano.

Conclusão

O apoio à complexa ocupação externa no Iraque se enfraquece inclusive frente à população dos países que a apoiaram, embora os governos de tais países insistam que ainda há possibilidades de êxito. A situação é agravada pelo aumento do envolvimento do Irã na região sul e pelo recrudescimento das tensões no norte com a Turquia.

A redução de tropas no Iraque não vai de encontro à política externa de apoio aos EUA, fortalecida nos tempos de Blair. Não há atualmente um distanciamento entre EUA e Reino Unido, pois ambos continuam comprometidos com a Guerra contra o Terror. O anúncio de Brown deve ser, portanto, compreendido dentro da política interna britânica. Gordon Brown, por meio de seu anúncio, visa essencialmente diminuir dissensões políticas internas sobre uma ocupação até o momento frustrada. e com possibilidades de sucesso tendendo a zero.

A eficácia da decisão de Brown, no entanto, fica abaixo de suas expectativas. A maneira como se deu o anúncio, entremeado por dados equivocados, em si já impede uma maior confiança no atual governo. Essa confiança torna-se ainda mais difícil pela forma como se deu o cancelamento das eleições gerais para o Parlamento recentemente. A imagem de um político com inúmeras habilidades políticas conferida a Brown antes do mesmo ocupar o cargo de Primeiro-Ministro, ao menos no início de seu governo, é improcedente com suas atitudes de até então. Se,

por um lado, os motivos que levaram à redução das tropas se encontram no âmbito doméstico, é fato que suas implicações são capazes de influenciar diferentes áreas da esfera internacional. A frustrada tentativa de estabilização do Iraque, principalmente, será afetada na medida em que o principal aliado dos EUA, diante das dificuldades enfrentadas, “desiste” dos compromissos que lhe competem. Mais uma vez, o que se observa é a prerrogativa que os interesses nacionais possuem sobre a definição dos rumos da política externa.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial: Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Estevão Chaves Martins, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico (design): Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com